

JÜRGEN HABERMAS E O “AGIR COMUNICATIVO” NA EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA DE SUSTENTABILIDADE

LUIS HUMBERTO CAPARROZ

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

THAÍS SABOYA TEIXEIRA

EACH-USP - ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

LÍVIA TEIXEIRA DUARTE

EACH-USP - ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANDRÉ LUIZ FERREIRA FARIAS

EACH-USP - ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

JÜRGEN HABERMAS E O “AGIR COMUNICATIVO” NA EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA DE SUSTENTABILIDADE

1 INTRODUÇÃO

Não é possível estudarmos Jürgen Habermas sem mover o olhar para a Escola de Frankfurt e sem recorrer a Theodor Adorno e Horkheimer, em especial pelo fato da convivência entre esses pensadores, já que Habermas foi assistente de Adorno em seu começo de vida acadêmica.

Vejam, assim, que para compreender melhor os ditames do *agir comunicativo* de Habermas é preciso descer mais fundo e conhecer as origens dos pensamentos desenvolvidos a partir dos anos 30 no debate frankfurtiano, em torno de uma crise do poder explicativo sobre a teoria marxista clássica, aliando-se a estudos que olhavam para o que estava ocorrendo em vários níveis da sociedade capitalista ocidental e que procuravam dar conta de uma crise na estabilidade dessa sociedade, controvérsia estudada por Pollock e Grossmann/Neumann ou pelos estudos apresentados em Autoridade de Família de Horkheimer (MASARO, 2010 p. 161).

Adorno, que participou ativamente de estudos que também tentavam explicar criticamente a observação das ideias marxistas frente ao avanço do capitalismo ocidental, foi um forte influenciador de Habermas.

Para Adorno era importante compreender qual seria o caminho a percorrer pela sociedade caso a ótica capitalista avançasse, vez que a economia poderia exaurir-se, o que colocava em xeque o modelo capitalista a partir de uma nova ideologia, como podemos ver claramente no extrato abaixo:

De forma geral, Adorno sustentará um diagnóstico de uma larga transformação de época, que chamará de passagem da sociedade e do capitalismo liberal para uma sociedade totalmente administrada sob o capitalismo industrial. Trata-se de uma transformação tanto das forças produtivas, resultando numa economia organizada pelo poder centralizador do Estado, quanto das relações de produção, o que data a base material para pensar a emergência de uma nova figura da subjetividade e, conseqüentemente, uma nova forma de ideologia. (MASARO, 2010 p. 161)

A crítica de Adorno aos avanços do capitalismo liberal passa sem dúvidas por uma análise de diversos autores que fundamentavam de certa forma essa ideologia, é o que podemos observar, por exemplo, sobre os estudos que propõe a “ação social” de Max Weber.

Nesse sentido, Max Weber, segundo Adorno (2008 p. 253), nos esclarece que um “comportamento humano se denomina ‘ação’ quando na medida em que os sujeitos da ação associam ao mesmo um sentido subjetivo”.

Há uma contraposição de ideias apontadas por Adorno que implicam algumas restrições às ideias de Weber sobre o pensamento de Karl Marx, especialmente quando Marx designa a relação de produção como uma ação coagulada e não necessariamente como uma ação social imediata, e, nesse sentido, estabelece um limite essencial ao postulado de Weber:

Max Weber não pensou na interpretação psicológica, mas isso não é evidente e precisa ser dito. Max Weber precisou despender os maiores esforços, de resto muito engenhosos, para diferenciar o conceito de interpretação (*Deutung*) da interpretação psicológica, na medida em que restringiu a interpretação propriamente à racionalidade, ou seja, a uma relação racional entre meios e fins passível de ser contrastada nessa ação subjetiva. E como a racionalidade, como ensina a Psicologia, nada mais é do que exame da realidade, então a objetividade social pela qual a ação subjetiva precisa se orientar em cada caso penetra profundamente nesse conceito de representação, mediante essa mediação genial que é o conceito da racionalidade, a Sociologia de concepção subjetiva de Max Weber. Como os senhores veem, trata-se de investigação ou reflexões que são relativamente distantes, mas que, se não forem levadas em conta, tornariam difícil perceber o sentido de uma definição aparentemente tão simples e evidente como a de Weber. (ADORNO, 2008 pp. 255-256)

Habermas ao desenvolver o “agir comunicativo” levou em conta a racionalidade dos atores, observando, sobretudo, alguns elementos trabalhados por Kant que concebia a auto compreensão racional dos atores como um saber de si da pessoa, por meio do qual confrontava esse conhecimento da primeira pessoa com o conhecimento na terceira pessoa de um observador. (HABERMAS, 2012 pp. 52-53)

Não há dúvidas que nesse sentido, para a construção de suas ideias, partiu de influências advindas da Escola de Frankfurt, portanto, da Teoria Crítica, o que na visão de Olgária Matos (1989 p. 233), teria iniciado de uma construção filosófica particular, que aspirava ao rigor de uma filosofia como Ciência, o que se reclama de Kant, ao resolver tais questões na exigência de um materialismo que seria da consciência histórica para a emancipação do proletariado.

Outra questão importante surge na ideia de liberdade que aparece em Kant, como podemos observar a seguir:

A dicotomia burguesa entre o homem e o cidadão, o público e o privado se encontra em sua máxima teorização em Kant: “A liberdade é, para Kant, “um ‘fato’ transcendental: é algo que o homem possui tanto mais quanto quer ser livre (...). Com a conexão definitiva da liberdade com a lei moral como sua única forma de realidade, a liberdade se torna conciliável com qualquer forma fatural de iliberdade: em seu caráter transcendental, implica como consequência natural própria a liberdade social”. (MATOS, 1989 p. 283)

É ai, nesse ponto, no que diz respeito à “liberdade” kantiana, que encontramos uma ligação importante no “agir comunicativo” de Habermas, como assevera Lúcia Aragão ao afirmar que a imputabilidade e imparcialidade no agir é a possibilidade de aprendizado moral, de guiar a ação por máximas, o que coincide exatamente com a orientação prática da razão para determinar o agir em função da liberdade, o que permite voltar ao pragmatismo kantiano. (HABERMAS, 2012 p. 19)

Habermas descreve que a imparcialidade no sentido da correção converge com “imparcialidade” no sentido da certificação discursiva das exigências de validade cognitivas, o que possibilita convergência que se manifesta quando comparamos o

sentido da orientação do processo de aprendizagem moral com condições que devem ser satisfeitas em argumentações de maneira que possam solucionar conflitos provocados através da refutação dos adversários sociais. (HABERMAS, 2012 p. 65)

Quanto à “imputabilidade”, essa não se limita apenas aos critérios da moralidade e da racionalidade objetiva, e, aqui, vale ressaltar que Habermas (2012 p. 49) ao teorizar seu agir comunicativo o coloca em um patamar que vai além do livre arbítrio presente em Kant, para quem o “livre arbítrio” está ligado à finalidade subjetiva eleita em adotar regras da prudência ou da habilidade, enquanto a “vontade livre” se guia por leis válidas universalmente sob o ponto de vista moral.

O agir comunicativo coloca em jogo um dos espectros mais claros dos fundamentos – fundamentos epistêmicos para a verdade das asserções, pontos de vista éticos para a autenticidade de uma escolha de vida, indicadores para a sinceridade das declarações, experiências estéticas, explicações narrativas, padrões de valores culturais, exigências de direitos, convenções etc. (HABERMAS, 2012 p. 49)

Assim, Habermas (2012 pp. 49-50) conclui que o agir comunicativo é muitas vezes somente objeto da razão prática, porém consiste universalmente na capacidade de um ator de orientar seu agir por exigências de validade e que a ideia de liberdade não está ligada a racionalidade da visão kantiana, mas está associada a um aspecto mais fecundo, pois dá a certeza de que o agir autônomo (e a realização do reino dos fins) é possível.

E de maneira mais objetiva, como nos aponta Longhi (2005 p. 23), temos que o “conceito de agir comunicativo ultrapassa as formas de comunicação não medidas simbolicamente”. Dessa forma podemos entender que uma pessoa não poderá agir comunicativamente enquanto estiver presa a um discurso que não seja livre ou que esteja sob qualquer forma de coação, ou seja, o agir comunicativamente exige liberdade de pensamento.

2 O AGIR COMUNICATIVO NO ESINO PÚBLICO – AS OCUPAÇÕES EM ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Sem pretensão de aprofundarmos o assunto, mas apenas no sentido de contextualizar o “agir comunicativo” de Habermas com o Ensino Público, tendo por pano de fundo o fenômeno das ocupações de Escolas Estaduais em São Paulo no final de 2015, realizar-se-á algumas considerações.

Para Longhi (2005 p. 24) “a ação educativa é um tipo especial de ação por estar orientada para a formação de um sujeito com competência linguística, capaz de agir comunicativamente no mundo da vida”.

Ao se observar o “mundo da vida” é importante fazer uma distinção entre esse mundo com o “mundo sistêmico”, que seria formado por uma comunicação linguística baseada em regras, enquanto que a comunicação da interação, a partir de uma linguagem natural forma o “mundo da vida”.

De maneira mais simples podemos observar a existência de dois padrões de comunicação, uma formal (mundo sistêmico) e uma informal (mundo da vida).

Já para compreender o que seria o “entendimento”, algo importante a considerar nesse contexto, é que:

O conceito de entendimento, compreendido como um processo histórico e como um tipo especial de uso das regras do discurso, é colocado por Habermas no nível formal-linguístico dentro da teoria do agir comunicativo. Esse conceito permite diferenciar o agir orientado pelo entendimento mútuo (racionalidade comunicativa) do agir orientado pela obtenção de um fim (racionalidade instrumental). Na análise das ações realizadas na escola, além do conceito de entendimento, é necessário nos servirmos do conceito da pretensão de validade. Com elas, Habermas reconstrói as formas de racionalidade, características da cultura ocidental, expondo três pretensões irreduzíveis umas às outras: os atos-de-fala constatativos são levantados pela pretensão da verdade; os atos-de-fala regulativos são levantados pela pretensão de correção; e os atos-de-fala representativos são levantados pela pretensão de veracidade. (LONGHI, 2005 p. 17)

A grande descoberta dessa reflexão está na descoberta de que a linguagem mediatiza toda relação de significado entre o sujeito e o objeto, além de estar presente em toda comunicação humana, o que pressupõe o “entendimento mútuo” sobre o sentido de tudo que é falado por uma ou outra pessoa no processo de comunicação, seja utilizado tanto a linguagem falada como também a interação por meios de sinais que possam ser codificados por ambos sujeitos que interagem. (LONGHI, 2005 p. 17)

Estabelecida a relação entre o agir comunicativo e a educação, por meio do entendimento, dispensa dizer que esse processo se dará em qualquer cenário de aprendizagem, inclusive nas escolas, onde coexistem os mundos sistêmicos e da vida, ou seja, a comunicação formal e informal. Devemos assim observar o que mudou no mundo contemporâneo frente ao processo pré-estabelecido, e nesse sentido se faz necessário observarmos a revolução da comunicação por meio da tecnologia, onde temos que:

Comunicação é o compartilhamento de significado por meio da troca de informação. O processo é definido pela tecnologia da comunicação, pelas características dos emissores e receptores da informação, por seus códigos culturais e de referência e protocolos de comunicação pela abrangência do processo comunicativo. [...] Com a difusão da internet, surgiu uma nova forma de comunicação interativa, caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido, e com a possibilidade de usar a comunicação entre dois pontos, em transmissões especializadas, *narrowcasting* ou em transmissões para muitos receptores (*broadcasting*), dependendo do objetivo e das características da prática de comunicação intencionada. (CASTELLS, 2017 p. 101)

A internet mudou a forma de comunicação entre as pessoas, principalmente entre os mais jovens. Essas mudanças implicaram também na dimensão cultural transformando várias camadas da comunicação, o que pode ser captada por dois pares de tendências contraditórias, o desenvolvimento paralelo de uma cultura de múltiplas identidades e o surgimento simultâneo do individualismo e do comunalismo como dois padrões culturais opostos (CASTELLS, 2017 p. 103).

A educação não ficou fora desses novos padrões culturais, e, independente da origem, pública ou particular, o ensino quer médio ou superior se vê inserido nesse contexto.

Assim, é possível analisar a questão das ocupações nas escolas públicas de ensino médio, ocorridas em São Paulo no final de 2015, a partir de duas questões, o “agir comunicativo” e esse “novo padrão de comunicação”, que é permeado e facilitado pelas relações de interação por meio digital, o que incide sobre o primeiro sobremaneira, já que a ação comunicativa ocorre a depender das interpretações pessoais de maneira livre e dentro do mundo da vida (informalidade).

3 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: INTERAÇÃO A PARTIR DA AÇÃO COMUNICATIVA

É importante antes de iniciar essa seção analisar a diferença entre políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública, pois, embora não aparente essa troca de palavras nos insere em universos de diferentes análises.

Para Secchi (2013 p. 1) as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Assim podemos encontrar como a principal distinção serem as políticas de segurança pública particularização (ou espécie) das políticas públicas de segurança, como também ocorre com as políticas de assistência social, de educação etc.

Nesse condão necessário se faz dizer que cabe as instituições policiais participarem ativamente das políticas de segurança pública no tocante ao planejamento do policiamento preventivo ou repressivo, enquanto aos políticos (governo) às políticas públicas de segurança.

Destarte ao exposto, verifica-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, atribui ao Estado o dever de garantir a segurança pública, o que é realizado por meio de políticas públicas de segurança em âmbito de governo e de políticas de segurança pública por meio das instituições policiais responsáveis cada qual por suas atribuições.

Nesse aspecto cabe às polícias militares a preservação da ordem pública, que é compreendida pela somatória de três elementos: salubridade pública, tranquilidade pública e segurança pública, o que é cumprido por meio de atividade de policiamento ostensivo preventivo e fardado, realizado pelos policiais militares.

Assim, diante de tais considerações pode-se caracterizar os serviços públicos de segurança, nos quais os policiais militares contam para sua execução com o chamado “poder de polícia”, que é o “tipo de poder administrativo mais aplicado pelo policial militar nas suas atividades rotineiras” (ROLIM, 2015 p. 56)

Outra ferramenta normalmente utilizada pelos policiais militares para realizarem muitos dos serviços no atendimento ao público, principalmente nas políticas de prevenção e controle do crime é a “discrecionabilidade”, que pode ser descrita da seguinte forma:

A discrecionabilidade é inerente à atividade policial militar para atingir a preservação da ordem pública. Decidir sobre qual atitude tomar em uma demanda apresentada pelo público exige do policial militar uma reflexão rápida para decidir sobre o caso e adotar a solução mais interessantes à vontade pública.

A discricionariedade praticada pelo policial militar não deve ser confundida com abuso de autoridade. Aliás, proporcionar poderes de decisão aos agentes de preservação da ordem pública é assunto a ser tratado com cautela, a fim de impedir atos contrários ao interesse público, segundo os princípios da Administração Pública, e evitar a prática da corrupção. (ROLIM, 2015 p. 56)

Verifica-se que o agir comunicativo para o policial militar nas atividades de segurança pública é essencial para a realização de um melhor atendimento, principalmente quando observamos que a discricionariedade é exercida a partir de uma visão muito particular do policial militar e de sua interação com os cidadãos que estejam demandando por serviços de segurança pública.

Nesse aspecto é imperioso observar a explicação que Habermas nos dá sobre a maneira de compreender o agir comunicativo no mundo da vida, onde ocorrem as interações entre o policial militar e os cidadãos que demandam por serviços de segurança pública:

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o *iniciador*, que domina as situações por meio de ações imputáveis: ao mesmo tempo, ele é também o *produto* das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. (HABERMAS, 1989 p. 166)

Ao trazer essa conceituação do agir comunicativo em relação ao mundo da vida, como uma maneira de interação entre o policial militar que atende a um chamado de um cidadão, é possível anuir que esse policial que é um iniciador do processo de comunicação a fim de se chegar a um consenso por meio da linguagem, não age somente com base no mundo normativo, mas considera também questões do mundo informal (da vida) porque esse policial é produto da sociedade que abrange ambos, o policial e o cidadão que o demanda, o que possibilita a socialização entre esses dois atores sociais.

Outra aplicação do agir comunicativo de Habermas para as polícias militares, nesse caso especificamente no Estado de São Paulo, está vinculada às atividades desenvolvidas dentro da política interna denominada Polícia Comunitária.

No site da Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de São Paulo encontra-se o seguinte esclarecimento sobre o surgimento desse modelo de policiamento:

Com o fenômeno da globalização, a necessidade de intercâmbio entre países passou a exigir a aplicação da legislação e de regras internacionais, especialmente no que tange ao cumprimento e respeito aos direitos e garantias dos cidadãos, tornando essencial o conhecimento dos tratados de Direitos Humanos.

O Brasil, como país emergente, cujas dimensões e características ressaltam ao mundo um futuro promissor entre as nações, se faz presente praticamente em todos os acordos internacionais de relevância, tornando assim latente a importância de ter uma Polícia direcionada aos compromissos de defesa da vida e da integridade física das pessoas, bem como voltada à defesa da cidadania e ao respeito pelos cidadãos. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO)

Cumpra salientar que a Polícia Comunitária é entendida como um dos pilares institucionais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), ao lado dos Direitos Humanos e da Qualidade Total, conforme se verifica no Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (GESPOL), de onde se extrai que, como filosofia, a Polícia Comunitária tem o seguinte contorno:

Essa filosofia postula que a atuação conjunta das comunidades e da polícia na melhoria da qualidade de vida e dos relacionamentos, bem como a salubridade de ambientes comuns, tem efeito mais salutar sobre o controle do ilícito penal e a manutenção de uma sociedade mais harmoniosa e isenta de incivildades. (POLÍCIA, 2010 p. 9)

Nessas atividades de policiamento comunitário os policiais militares, mais do que nas ações de policiamento preventivo, realizam interações muito mais intensas com a comunidade, pois normalmente atuam com base no fortalecimento do contato entre a instituição policial e a sociedade, o que torna muito mais aplicado a ação comunicativa em suas ações cotidianas.

4 AGIR COMUNICATIVO E CULTURA DE SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Em sua Teoria do Agir Comunicativo, Habermas (2012) afirma que na sociedade atual as patologias sociais foram desenvolvidas por conta da expansão desproporcional do "mundo sistêmico" em detrimento ao "mundo da vida". Nesse sentido, um tema importante de ser analisado é o da globalização e as várias patologias criadas por esse fenômeno.

A globalização está presente nos debates políticos e sociais, mas distante do fascínio que se tem como a superação das fronteiras e das barreiras locais e nacionais, é importante observar, como nos adverte Porto-Gonçalves (2006 p. 14) que:

Não deve nos surpreender, portanto, o fascínio que a ideia de globalização vem adquirindo, sobretudo, nos últimos 30/40 anos, quando uma nova revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, particularmente no campo das comunicações, tornou possível as condições materiais de imposição de um mesmo discurso em escala planetária com o estabelecimento de um verdadeiro oligopólio mundial das fontes emissor de comunicação, tal como a revolução energética com a máquina a vapor proporcionara as condições para um novo estágio de globalização da natureza a partir do século XVIII.

Por meio desta análise fica fácil verificar que externalidades produzidas pela globalização, na medida em que à associamos ao próprio crescimento das sociedades capitalistas que se desenvolveram com base na exploração de países em todos os continentes, tendo por base a extração de matéria prima e distribuição de seus excedentes, produziram guerras civis, etnocídios, genocídios e destruição do meio ambiente de maneira a colocar em alerta a própria sobrevivência no planeta. (PORTO-GONÇALVES, 2006 p. 348)

Guattari (1990 p. 9) também já advertia que "uma finalidade do trabalho social regulada de maneira unívoca por uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a dramáticos impasses" e que para se remediar os males da globalização tais como a crise ecológica, somente medidas a nível mundial surtiriam efeito.

Atentos a esses reveses e cientes da urgência da discussão de questões que transcendem o âmbito nacional, nações ao redor do mundo se uniram em organizações intergovernamentais visando obter o que hoje se conhece por governança global. Eli da Veiga (2013 p. 14) explica como surgiu a talvez mais importante dessas organizações, a Organização das Nações Unidas:

[...], uma governança global do desenvolvimento foi gestada desde a paz de Versalhes, em 1919-1920, com a tentativa de reunir todas as nações no organismo que se mostrou o precursor da Organização das Nações Unidas (ONU), a Liga das Nações. Fruto das proposições liberais do presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson (1856-1924), o acordo anexado aos cinco tratados firmados nesse biênio foi o primeiro documento multilateral que se referiu explicitamente a necessidade de cooperação com tal finalidade, além de ressaltar as diferenças entre os "estágios de desenvolvimento" em que se encontravam os territórios do Império Otomano e as ex-colônias alemãs da África. No texto se afirma solenemente que o bem-estar e o desenvolvimento de todos esses povos constituíam "um sagrado dever da civilização".

Esse desenvolvimento almejado pela Liga das Nações é condizente com os objetivos do desenvolvimento sustentável que temos hoje em dia, ou seja, "implicam um crescimento econômico socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável" (SACHS, 2017 p. 20). Desde a década 1970, dentro do espaço público internacional, surgiram diversos documentos, tratados e fóruns que lidavam com os impactos humanos sobre o planeta tais como o Rio 92, Tratado de Kyoto (BONFICLIOLI, 2016), Agenda 2030 -firmada em 2015 com mais de 150 líderes mundiais (TEIXEIRA, et al., 2017), entre outros. Dessa forma, questões pertinentes ao desenvolvimento humano em escala global puderam ser debatidos e possíveis soluções propostas.

No entanto, seria adequado questionar se, segundo o conceito de Habermas, que pressupõe uma situação de igualdade entre os atores da ação comunicativa para que haja emancipação, algumas nações não teriam maior privilégio que outras nas discussões. O que se vê no cenário atual é um protagonismo dos países dominantes advogando a favor do desenvolvimento sustentável, enquanto países em desenvolvimento são acusados pelos mesmos de não zelar pelo ideal da sustentabilidade.

Nessa área, pensar em sustentabilidade tornou-se mais do que algo politicamente correto, pois de fato o futuro da humanidade dependerá de ações governamentais desenvolvidas na atualidade, e, muito embora, esses esforços devam estar em um nível supranacional, as ações individuais devem ser levadas em conta, já que o "mundo da vida", dentro da visão habermasiana tem que ser considerado tanto quanto o "mundo sistêmico", ou seja, não se pode desprezar o comportamento humano na sua base de relações interpessoais no sentido de que as

pessoas necessitam contribuir de maneira particular para um mundo melhor, e isso sem dúvidas deve passar pela ideia de “consenso”.

A preocupação com a sustentabilidade ainda vai além, estendendo-se à variados campos e sendo representada em diferentes âmbitos culturais, como por exemplo na literatura. De acordo com Teixeira e Piassi (2017):

“A preocupação com a sustentabilidade não se restringe apenas a grandes instituições e pesquisadores, sendo também facilmente observada na literatura, onde não faltam obras abordando essas temáticas. Há décadas encontram-se narrativas de ficção que retratam de alguma maneira as questões ambientais, prefigurando possíveis futuros” (TEIXEIRA, et al., 2017 p. 39)

No entanto, apesar de toda a preocupação que gira em torno da globalização e sustentabilidade por parte das nações, grandes empresas e individualmente, ainda é necessário pensar que outros fatores estão em questão. Um deles é o fator da desigualdade.

Seria necessário que houvesse uma posição de igualdade entre discursos, para que acontecesse uma ação comunicativa do tema sustentabilidade a níveis globais. Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia, fala do desenvolvimento como liberdade, encarando o desenvolvimento como um alargamento das liberdades (SEN, 2010). No entanto, para que as pessoas possam pensar no desenvolvimento é necessário que elas tenham condições mínimas para a sobrevivência, ou seja, maior igualdade entre os discursos. Porém, como coloca Sen (2010) muitas ainda são privadas de liberdades básicas de sobrevivência, como alimentos, saneamento básico, emprego rentável, educação e assim por diante.

Ou seja, uma pessoa privada desses tipos de liberdade é uma pessoa que está em posição desigual às outras, dificultando sua participação no que diz respeito aos temas de desenvolvimento e sustentabilidade - os quais estão intimamente ligados -, pois precisa priorizar outros temas primeiro em sua vida, relacionados à sobrevivência.

O processo de tomada de consciência é muito importante tanto para a discussão do tema quanto para o agir comunicativo. É essencial a consciência de que é necessária determinada igualdade para que se possa debater a sustentabilidade com maior propriedade e alcance. Ou seja, de que há diversos aspectos a serem levados em conta.

Habermas também propõe determinada conscientização, além de sinalizar que se deve levar em consideração não apenas uma fonte como verdade absoluta. Prova disso é a crítica que o autor faz sobre colocar a filosofia como posição de juíza - da ciência, mais especificamente. Isto porque não acredita nela como detentora de todo o conhecimento, mas diz que devem trabalhar em cooperação e a filosofia ajudar a ciência à interpretar o mundo (HABERMAS, 2003).

Entender que não há verdade absoluta e que para discutir qualquer tema e que é necessário levar outros pontos em consideração é abordar a interdisciplinaridade e sua importância. A interdisciplinaridade é essencial para os Estudos Culturais, já que o mesmo resulta em certa insatisfação entre as disciplinas e propõe então uma conversa entre elas (ESCOSTEGUY, 1998); (HALL, 1980); (TURNER, 1990).

O agir comunicativo atua da mesma maneira. Habermas coloca que:

“enquanto que no agir estratégico um atua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo, um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita” (HABERMAS, 2003 p. 79).

Como coloca Habermas, o agir comunicativo gera uma conversa através da ação. Desta maneira, para pensarmos no agir comunicativo junto ao debate da sustentabilidade, seria importante pensar em ações pró-sustentabilidade e diálogos a partir da mesma, considerando diversos cenários e a partir desta ação, gerar a ação também no outro com quem se dialoga.

O autor diferencia também o agir comunicativo do agir estratégico. O estratégico age por meio da sedução e até mesmo da ameaça, usando-se - claramente - de estratégias para convencer (PROCÓPIO, 2012); (HABERMAS, 2003). Enquanto isso o agir comunicativo trata “de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas”. (HABERMAS, 2003 pp. 164-165)

Desta maneira, apesar da sustentabilidade também requerer estratégias, ao olhar a temática a partir do agir comunicativo é necessário além de tudo estabelecer metas e gerar diálogos, ou seja, comunicação para trabalhar a mesma. E isto se aplica aos diversos veículos que ela possa ser tratada dentro da globalização.

No entanto, apesar das semelhanças, o agir comunicativo pressupõe algumas diferenças em sua forma de ação, como coloca o autor:

“Em ambos os casos, a estrutura teleológica da ação é pressuposta na medida em que se atribui aos atores a capacidade de agir em vista de um objetivo e o interesse em executar seus planos de ação. Mas o modelo estratégico da ação pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso, ao passo que o modelo do agir orientado para o entendimento mútuo tem que especificar condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais Alter pode anexar suas ações às do Ego”. (HABERMAS, 2003 pp. 164-165)

A sustentabilidade está em tudo e é debatido em diversos âmbitos, como dentro da política, mídias, entre outros. Com o agir comunicativo seria preciso o estabelecimento de objetivos e planos de ações que dialoguem com diversas áreas para a partir daí colocá-la em prática.

5 CONCLUSÃO

A sociedade é complexa e, portanto, é necessário aos cidadãos e ao setor público ter a capacidade de acompanhar essas mudanças de maneira rápida, somente as ferramentas tecnológicas não permitem esses avanços, embora sejam essenciais, por si só não podem transformar a gestão na perspectiva de impactar positivamente as demandas da sociedade.

Assim, ao refletir sobre a ação comunicativa de Habermas, onde a liberdade de pensamento, a interação consensual e a preocupação com o outro estão inseridos como objetos intrínsecos, demonstra não só compatibilidade, mas também

uma certa necessidade de avanço por meio da educação e serviços públicos, passando por dimensões culturais e de sustentabilidade, que, sem dúvidas, tornam-se temas transversais a essas questões.

Essa educação que permite o desenvolvimento mais humano e a formação do cidadão dentro de preceitos éticos deve estar acima das questões políticas e ideológicas, pois ao longo da história, embora de maneira contraditória, é possível reconhecer que o diálogo pode substituir os extremismos quando o que está em voga é o destino das pessoas.

É o que vimos por exemplo na história recente da Índia em relação a Mahatma Gandhi, quando defendia a teoria do *self-reliance* (autossuficiência, auto sustentação), como princípios filosóficos do ecodesenvolvimento, que está vinculado à preocupação com a autonomia dos países periféricos em relação aos ditames dos países centrais hegemônicos, por meio do resgate da dimensão ecológica do desenvolvimento, a partir da luta contra a desigualdade social e a dependência desses países, o que poderia instigar a formação de uma consciência dos limites e vulnerabilidades dos recursos naturais. (NOGUEIRA, et al., 2012 pp. 43-44)

Também nos serviços públicos no geral e em particular ao estudado aqui relativo à segurança pública, igualmente se deve observar as dimensões culturais e socioambientais, pois todas essas transformações devem ser trabalhadas e inseridas na sociedade e de maneira local, onde se parte do princípio de que todos devem opinar, criar e implantar a fim de avaliar resultados, o que permite acumular e compartilhar sucessos e insucessos que podem levar a reflexão, recriação e renovação de ideias (PADUA, et al., 1998 p. 40), algo amplamente amparado pelos fundamentos do modelo de polícia comunitária implementado pela Polícia Militar de São Paulo e, como observado neste estudo, amplamente amparado pelo agir comunicativo de Habermas.

Por fim, por meio dos estudos concretizados neste artigo, percebe-se que para a existência do ecodesenvolvimento é necessário a conscientização da sociedade a partir de seus elementos particulares, ou seja, um agir comunicativo que parte de uma pessoa para outra e que pode transformar toda a comunidade em que se inserem, o que permite aproximar o “mundo da vida” do “mundo sistêmico”, criando assim um processo de convergência em prol da sustentabilidade e comunhão universal entre homens e a natureza, tendo por base a educação para a cidadania o que deve ser reforçado em nível de serviços públicos por toda esfera das políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO Theodor W. Introdução à sociologia [Livro]. - São Paulo : UNESP, 2008. - Vol. 1.

BONFICLIOLI Cristiana Pontes O pensamento ecológico contemporâneo: a ciência dos ecossistemas [Livro]. - São Paulo : EDUC FAPESP, 2016. - In: APRÍCIO. et al (org). Política Ambiental: Contribuições interdisciplinares para um projeto de futuro..

CASTELLS Manuel O poder da comunicação [Livro]. - São Paulo : Paz e Terra, 2017.

ESCOSTEGUY Ana Carolina D Uma Introdução aos Estudos Culturais [Periódico] // Famecos. - Porto Alegre : [s.n.], semestral de 1998. - 9 : Vol. 5. - pp.

87-97. - Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

GUATTARI Félix As três ecologias [Livro]. - Campinas : Papirus, 1990.

HABERMAS Jürgen Agir Comunicativo e Razão Destranscendentalizada [Livro]. - Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 2012.

HABERMAS Jürgen Consciência moral e agir comunicativo [Livro]. - Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. - Vols. Estudos Alemães - Série Coordenada por Eduardo Portella, Emmanuel Carneiro Leão, Moniz Sodr e, Gustavo Bayer.

HABERMAS J rger Consciência moral e agir comunicativo [Livro]. - Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 2003. - 2^a.

HABERMAS J rger Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista [Livro] / trad. Siebeneichler Flávio Beno. - São Paulo : WMF Martins Fontes, 2012.

HALL Stuart Introduction to Media at the Centre [Livro] / ed. 1972-1979 Working papers in Cultural Studies. - New York : Culture, media language, 1980. - in HALL, S. HOBSON, D, LOWE, A. e WILLIS, P. : Vol. Routledge e Centre for Contemporary Cultural Studies/Universitu of Birmingham.

LONGHI Armindo José A a o educativa na perspectiva da teoria do agir comunicativo de J ngen Habermas: uma abordagem reflexiva. - Campinas - SP : Universidade de Campinas, 2005.

MASARO Leonardo De olhos bem abertos: a ideologia da sociedade industrial segundo Adorno [Periódico]. - Fortaleza : Argumentos, 2010. - jan/jun : Vol. 19. - 10.

MATOS Olgária Chain Féres Os arcanos do inteiramente outros: A Escola de Frankfurt. A melancolia e revolu o [Livro]. - São Paulo : Brasiliense, 1989. - Apud Marcuse "Zur Kritik des Hedonismus", op. cit. (1938), e "Uber den affirmative Charakter der Kultur (1937), Zeitschrift, op.cit..

NOGUEIRA Marine Gil, SOUZA Gerciana Oliveira de e ROSÁRIO Lia Auxiliadora Soares Política Pública de saúde e sustentabilidade socioambiental: gestão social frente   rela o sociedade-natureza [Artigo] // Sociedade em Debate. - Pelotas : Sociedade em Debate, 2012. - jul-dez 2012. - Vol. 18(2).

PADUA Suzana Machado e TABANEZ Marlene Francisca Participa o comunitária: elemento chave na prote o de Unidades de Conserva o [Se o do Livro] // Educa o, meio ambiente e cidadania / A. do livro ESTADO Secretaria de Estado do Meio Ambiente. - São Paulo : SMA/CEAM, 1998.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo [Livro]. - São Paulo : PMESP, 2010.

PORTO-GONÇALVES Carlos Walter A globaliza o da natureza e a natureza da globaliza o [Livro]. - Rio de Janeiro : Civiliza o Brasileira, 2006.

PROCÓPIO Marcos Luis Resenha "Consciência Moral e Agir Comunicativo" [Periódico] // Cadernos Gestão Social. - Salvador : [s.n.], dez de 2012. - 2 : Vol. 3. - pp. 323-335. - Disponível em: <[file:///C:/Users/Win7/Downloads/300-1133-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Win7/Downloads/300-1133-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.

ROLIM Vanderlan Hudson Polícia de Preserva o da Ordem Pública [Livro]. - Belo Horizonte : Oficina Redatorial "Guimarães Rosa", 2015.

SACHS Jeffrey A era do desenvolvimento sustentável [Livro]. - Lisboa : Actual, 2017.

SECCHI Leonardo Políticas Públicas, consciotos, esquemas de análise, casos práticos [Livro]. - São Paulo : Cengage Learning, 2013.

SEN Amartya Desenvolvimento como liberdade [Livro]. - São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA Thaís Saboya e PIASSI Luís Paulo de Carvalho Fantasias de LUCIA e ALICE: práticas lúdicas com literatura na difusão científica sobre sustentabilidade [Periódico] // Textura. - Canoas : [s.n.], jan de 2017. - 39 : Vol. 19. - pp. 35-57. - Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2701/2018>>. Acesso em: 03 out. 2018.

TURNER Graeme British Cultural Studies: An Introduction [Periódico]. - Boston : Unwin Hyman, 1990.

VEIGA José Eli da A desgovernança mundial da sustentabilidade [Livro]. - [s.l.] : Editora 34, 2013.